



AGENDA DA SEMANA

INFORMATIVO SEMANAL DE ECONOMIA BANCÁRIA

Copom e Fed decidem juros ao longo da semana. No Brasil, também serão conhecidos dados de atividade.

O principal destaque da semana é a decisão do Copom, que se reúne na terça (16) e quarta-feira (17), para a qual não há consenso no mercado, embora a maioria dos agentes ainda espere uma nova queda dos juros. A coleta de expectativas da Bloomberg aponta que a maioria dos economistas consultados espera um novo corte de 0,25 pp, para 14,25% aa., enquanto o mercado de opções da B3 mostra maior indefinição: 53,5% de probabilidade para queda de 0,25 pp e 46,5% para manutenção dos juros em 14,50% aa. O cenário doméstico e internacional piorou desde a última reunião do Copom (fim de abril), fato que tem levado os agentes a elevarem suas projeções para a taxa Selic e a questionarem a própria possibilidade de continuidade do ciclo de “calibração monetária”. No âmbito internacional, o conflito no Oriente Médio e os números mais fortes do mercado de trabalho nos EUA tem pressionando a inflação e os juros futuros. No cenário local, a inflação também acelera em função dos efeitos do conflito geopolítico, ao passo que os dados de atividade mostram números positivos neste início de ano, enquanto o mercado de trabalho segue aquecido. De toda forma, a taxa Selic permanece em um nível bastante restritivo (14,50% aa), o que justificaria a continuidade do processo de redução gradual, mesmo diante desse cenário mais desafiador observado nas últimas semanas. Independentemente da decisão, a percepção é que o espaço para quedas adicionais está ficando cada vez mais estreito, caso não haja uma melhora relevante do cenário. O anúncio de um acordo preliminar de cessar-fogo entre EUA e Irã no final de semana, que contempla a reabertura do Estreito de Ormuz, deve atenuar a pressão no curto prazo, porém, será preciso aguardar um alívio mais duradouro para que se altere a leitura atual de um cenário inflacionário desafiador.

A semana também traz dados de atividade, que devem mostrar que a economia seguiu em crescimento em abril. Os indicadores da indústria (+0,7%) e dos serviços (+1,2%) já divulgados pelo IBGE para o mês mostraram avanço. Na mesma direção, o mercado projeta que o resultado do varejo, que será divulgado pelo IBGE nesta terça (16), também registre alta modesta no período, de 0,2%, em mais um sinal de força do consumo das famílias. Com isso, os indicadores mensais antecedentes do PIB, o índice IBC-Br/BCB e o Monitor do PIB/FGV, que serão conhecidos na quarta (17) e quinta (18), respectivamente, devem voltar a crescer. No caso do IBC-Br, a expectativa é de alta de 0,6% no mês, sugerindo que o PIB deve registrar nova expansão no 2T26.

Nos EUA, a semana também é marcada pela reunião de política monetária do Fed, na quarta-feira (17), cuja expectativa unânime é de manutenção dos juros entre 3,50% e 3,75% aa. Essa será a primeira reunião presidida por Kevin Warsh e ocorre em um momento desafiador para a autoridade monetária americana, dado que a inflação voltou a acelerar (o CPI atingiu 4,2% em maio), refletindo sobretudo o aumento do preço da energia. Diante desse quadro, o mercado tem considerado a possibilidade de elevação dos juros ainda neste ano. Os agentes aguardam o comunicado, o tom da coletiva de Warsh e as novas projeções econômicas do Fed para calibrar suas expectativas quanto à possibilidade de alta dos juros no 2º semestre. Fechando a agenda americana, destaque para os dados da indústria e do varejo referentes a maio, que serão divulgados ao longo da semana e devem apontar algum crescimento no mês, reforçando os sinais de resiliência da economia do país.

Na China, a agenda será concentrada nesta segunda (15) à noite, com os dados de atividade de maio. A expectativa é de ligeira aceleração do ritmo de crescimento da produção industrial, de 4,1% em abril para 4,4% em maio (na comparação anual), ainda sustentada pela demanda externa (exportações). Já as vendas no varejo devem recuar 0,2% no mesmo comparativo, reforçando a fraqueza da demanda doméstica, que, já afetada pelos problemas estruturais do país (crise no setor imobiliário), sofre pressão adicional do aumento do custo de vida decorrente do choque do petróleo.

Na Zona do Euro, haverá a leitura final do CPI de maio, que deve trazer nova aceleração da inflação. O dado será conhecido na quarta (17) e deve apontar alta de 3,0% para 3,2% no acumulado em 12 meses, mantendo a inflação no centro do debate após a elevação de juros promovida pelo BCE na última semana.



INDICADORES DA SEMANA

NACIONAL

Data	Indicadores Nacionais	Período de Referência	Consenso de Mercado	Anterior
16/jun	FGV: IGP-10	Jun/26	0,29% m/m 2,80% a/a	0,89% m/m 1,45% a/a
16/jun	IBGE: Pesquisa Mensal do Comércio (PMC)	Abr/26	0,2% m/m 3,2% a/a	0,3% m/m 6,5% a/a
17/jun	BCB: Reunião do Copom	-	14,25% aa	14,50% aa
17/jun	BCB: Índice de Atividade Econômica (IBC-Br)	Abr/26	0,6% m/m 1,6% a/a	-0,7% m/m 3,1% a/a
18/jun	Monitor do PIB	Abr/26	-	-0,6% m/m 2,5% a/a

Fonte: Bloomberg.

INTERNACIONAL

Data	País ou Região	Indicadores Internacionais	Período de Referência	Consenso de Mercado	Anterior
15/jun	Zona do Euro	Produção Industrial	Abr/26	0,1% m/m	0,2% m/m
15/jun	China	Produção Industrial	Mai/26	4,4% a/a	4,1% a/a
15/jun	China	Vendas no varejo	Mai/26	-0,2% a/a	0,2% a/a
15/jun	EUA	Produção Industrial	Mai/26	0,3% m/m	0,7% m/m
16/jun	EUA	Construção de casas novas	Mai/26	-1,9% m/m	-2,8% m/m
16/jun	EUA	Alvarás para novas construções	Mai/26 - prévia	-0,6% m/m	4,4% m/m
17/jun	Zona do Euro	Inflação ao consumidor (CPI)	Mai/26 - final	0,1% m/m 3,2% a/a	1,0% m/m 3,0% a/a
17/jun	EUA	Vendas no varejo	Mai/26	0,5% m/m	0,5% m/m
17/jun	EUA	Vendas de casas pendentes	Mai/26	1,0% m/m	1,4% m/m
17/jun	EUA	Fed: Reunião de Política Monetária	-	3,50% aa; 3,75% aa	3,50% aa; 3,75% aa

Fonte: Bloomberg.

ÚLTIMOS ACONTECIMENTOS

INDICADORES ECONÔMICOS

IPCA volta a superar o teto da meta, enquanto atividade segue mostrando resiliência

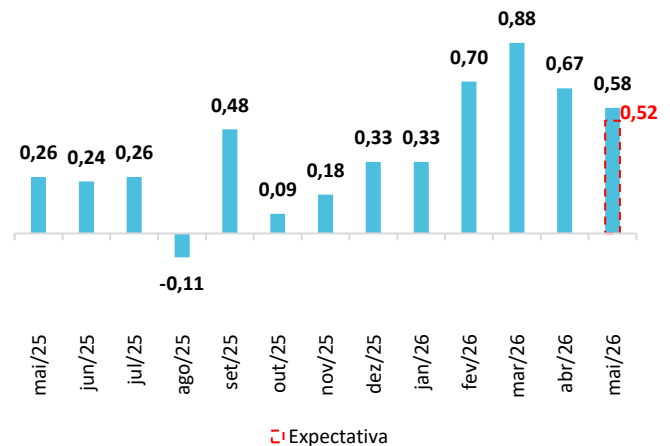
O IPCA subiu 0,58% em maio, acima do esperado pelo mercado (+0,52%) e a maior alta para o mês desde 2021 (+0,83%). O indicador seguiu pressionado pelos preços dos alimentos e itens monitorados. No acumulado de 12 meses, o índice acelerou de 4,39% para 4,72%, voltando a ultrapassar o teto da meta (4,50%).

A alta da inflação continua bastante disseminada entre os grupos, com avanço em sete dos nove apurados. A maior variação foi observada no grupo alimentação e bebidas (+1,33%), impulsionada pelos itens *in natura*, especialmente tubérculos e legumes (+21,40%), assim como itens importantes na cesta de consumo, como arroz (+1,74%) e carnes (+1,39%). Na sequência, destacou-se o grupo de habitação (+1,22%), refletindo o impacto da energia elétrica (+3,67%), sobre a qual pesaram tanto a incorporação de reajustes em diversas capitais quanto a adoção da bandeira tarifária amarela em maio (ante verde em abril). O grupo transportes, por sua vez, foi a exceção e recuou 0,46% no mês, puxado pela queda dos combustíveis (-1,95%). O movimento reflete alguma dissipação do choque do petróleo, após as altas de março e abril (+4,47% e +1,80%, respectivamente), além das medidas do governo (subsídios/subvenções) para mitigar os efeitos do conflito. A queda foi parcialmente compensada pela elevação das passagens aéreas (+3,20%).

Desta forma, a alimentação no domicílio segue como o principal vetor de aceleração do IPCA no acumulado de 12 meses, ao saltar de 1,32% para 2,97%. A dinâmica preocupa, uma vez que há a possibilidade de o fenômeno climático El Niño impactar ainda mais os preços no segundo semestre. Em nível, porém, o maior avanço é dos itens monitorados, mesmo com ligeira desaceleração ante abril (+5,85%; ante +6,12%), dado o aumento relevante dos preços da energia elétrica (+10,34%) e dos combustíveis (+5,33%) nos últimos 12 meses. O núcleo de serviços, importante para a condução da política monetária, ficou praticamente estável (+5,22%; ante +5,25%), seguindo em patamar elevado, enquanto a média dos núcleos avançou de 4,38% para 4,53%.

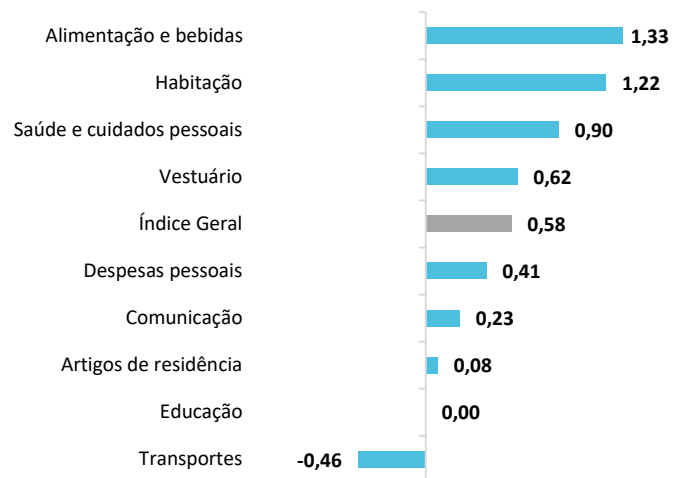
Portanto, a leitura do IPCA voltou a indicar um ambiente inflacionário desafiador. Além da pressão dos alimentos, com risco adicional do El Niño no segundo semestre, e dos itens monitorados, influenciados pelo conflito no Oriente Médio, houve piora da média dos núcleos e sinais de esgotamento da desaceleração dos serviços.

Quadro 1: IPCA Var. % mensal



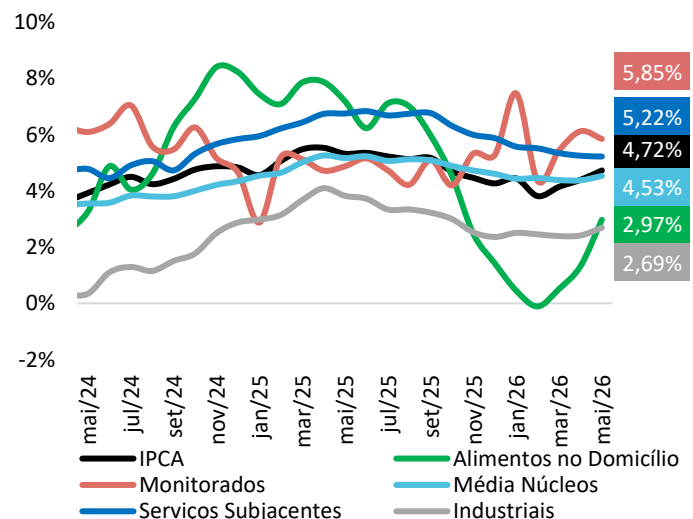
Fonte: IBGE

Quadro 2: IPCA – Por grupos Var. % em maio



Fonte: IBGE

Quadro 3: IPCA e Aberturas Var. % Acumulada em 12 meses



Fonte: IBGE

Assim, a inflação caminha para atingir 5,0% nos próximos meses. Esse cenário sugere que o espaço para novos cortes de juros pelo BC é limitado, o que justifica as revisões para cima na expectativa para a taxa Selic deste ano, já próxima de 14% a.a.

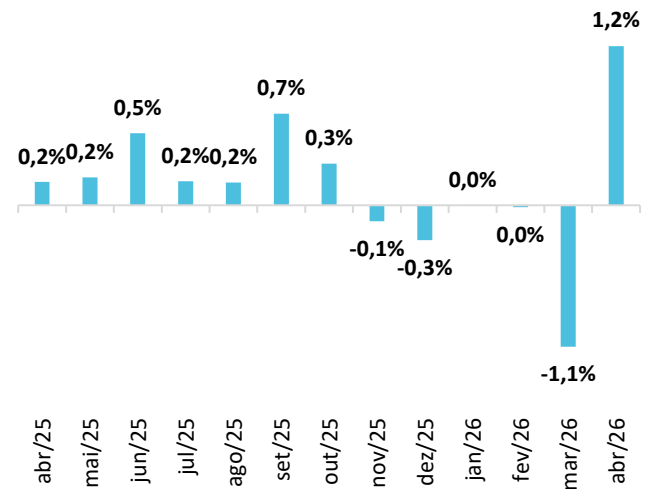
O setor de serviços cresceu 1,2% em abril, acima do consenso de mercado (+0,6%), revertendo a queda de 1,1% registrada em março. Na comparação interanual, o indicador avançou 1,9% em relação a abril de 2025, acumulando expansão de 2,9% em 12 meses.

A abertura setorial em abril foi positiva para todos os grandes segmentos de serviços pesquisados pelo IBGE. Os serviços prestados às famílias avançaram 1,4%, revertendo a retração de 1,1% do mês anterior, movimento relacionado ao crescimento da massa salarial, em um contexto ainda favorável do mercado de trabalho, e a medidas de estímulo à renda disponível, como a desoneração do IRPF para salários de até R\$ 5 mil. Já o segmento de informação e comunicação (+0,5%) permanece como o mais dinâmico do setor, com forte crescimento nas atividades ligadas à tecnologia da informação (+2,5%), refletindo o avanço dos gastos com novas tecnologias.

Apesar da recuperação na margem, medidas que captam uma trajetória mais longa ainda mostram um quadro de certa acomodação da atividade do setor. A média móvel trimestral (MM3M) recuou 0,4% em abril, mantendo-se em território negativo pelo terceiro mês consecutivo (Quadro 5). Esse comportamento é explicado pelos setores de serviços profissionais/administrativos e transportes, que, apesar de se recuperarem no mês, com altas de 0,4% e 0,9%, mostram perda de tração ao longo do ano, com o indicador de MM3M em -1,3% e -1,1% em abril, respectivamente.

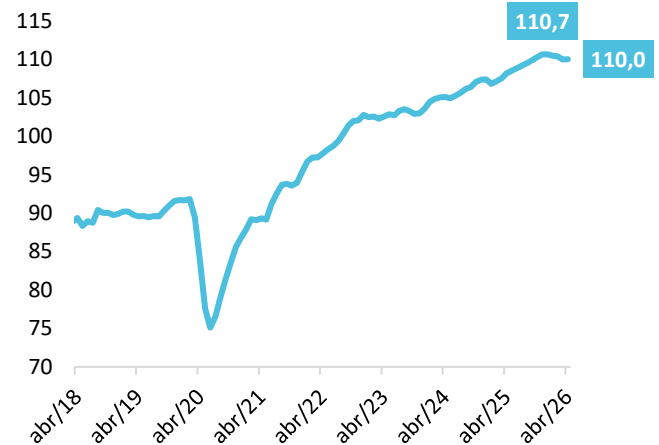
Com isso, o resultado de abril sugere uma contribuição positiva dos serviços para o crescimento da economia no 2T26. Cabe lembrar que a PMS apontou queda de 0,6% no 1T26, movimento explicado sobretudo pelo fraco desempenho do setor de transportes no período. O *carry-over* deixado para o 2º trimestre é de +0,50%, indicando alguma retomada, embora ainda com a perspectiva de moderação do setor ao longo do ano. Para 2026, o *carry-over* está em 1,1%.

Quadro 4: Índice de Volume de Serviços Var. % Mensal (Dessaz)



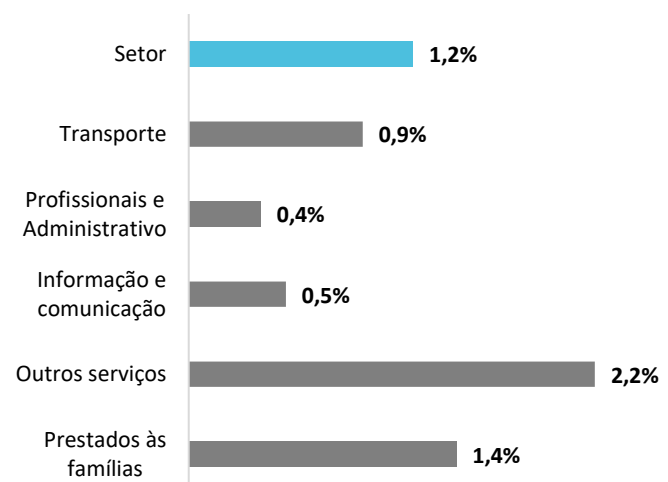
Fonte: IBGE

Quadro 5: Índice de Volume de Serviços MM3M



Fonte: IBGE

Quadro 6: Setor de Serviços – Por Segmento Var. % Mensal em Abril



Fonte: IBGE

O setor de veículos seguiu exibindo dinamismo em maio e deve continuar com viés positivo ao longo de 2026 em função dos estímulos decorrentes do programa Move Brasil. Somados, os anúncios já feitos pelo governo federal envolvem ao menos R\$ 65,2 bilhões em crédito favorecido para o financiamento de caminhões, ônibus, automóveis e máquinas agrícolas, além de recursos ainda não detalhados no programa voltado a entregadores de aplicativos (motos e bicicletas elétricas). Apesar de parte do estímulo já ter sido contratada, principalmente com a primeira etapa do Move Brasil para caminhões, lançada em jan/26 com até R\$ 10 bilhões, que teve praticamente todo o volume consumido em pouco mais de dois meses, a maior parte do crédito direcionado deve impulsionar o setor no 2S26.

Segundo dados da Fenabrave, foram emplacados 274,3 mil veículos em maio, o que representa alta de 21,6% em relação a mai/25 e crescimento de 8,0% na margem, na série dessazonalizada. No acumulado do ano (jan-mai), as vendas crescem 16,4%. O principal vetor de expansão do setor continua sendo o segmento de automóveis e comerciais leves, com alta de 18,2% ante o mesmo período de 2025.

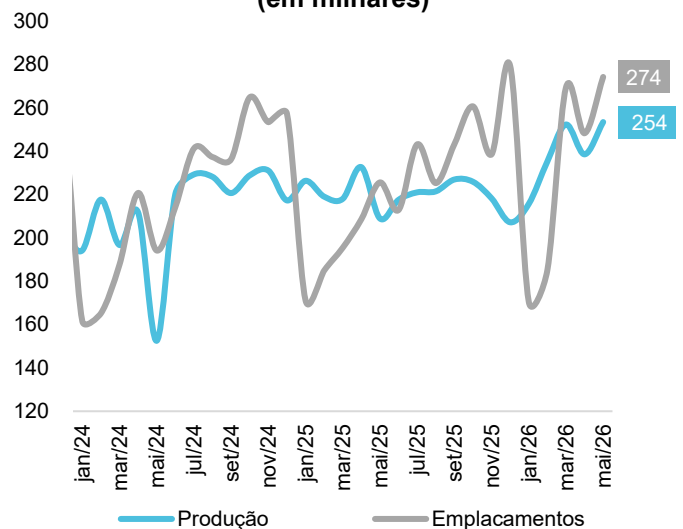
Já a produção total de veículos foi de 253,5 mil em maio, segundo a Anfavea, um aumento de 15,2% na comparação interanual. No acumulado do ano, a produção doméstica de automóveis atingiu 862,4 mil unidades, o que equivale a um crescimento de 9,9% frente a igual período de 2025 (jan-mai).

O desempenho favorável do setor decorre, de um lado, do aumento da renda das famílias, em um contexto de mercado de trabalho próximo do pleno emprego, e, de outro, das políticas de desoneração do IPI (Programa Carro Sustentável), iniciadas em jul/25, que contribuíram para reduzir os preços de veículos novos elegíveis ao programa (em geral, de menor valor). Adicionalmente, a demanda por veículos elétricos/híbridos também ajuda a explicar esse dinamismo, além do descompasso entre a produção interna e as vendas, dado que parte da demanda é atendida por importações, como observado nos dados da Balança Comercial ([ver ISEB de 08/jun](#)).

Nota-se que tal desempenho positivo ocorre apesar da elevada taxa Selic, que não tem sido capaz de conter o avanço das concessões de crédito para financiamento de veículos para as famílias, que mostra trajetória de alta desde meados de 2025. A exceção é a linha para as PJs, que mostra perda de força na margem.

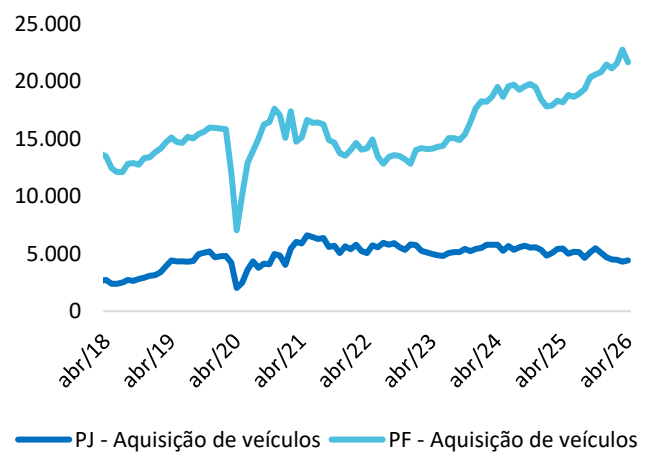
Por outro lado, o segmento de pesados, especialmente caminhões, não acompanhou essa trajetória de recuperação. Em 2025, acumulou queda de 12,1% na produção e de 8,9% nos emplacamentos. Nesse contexto, o Governo Federal lançou o programa Move Brasil, inicialmente com R\$ 10 bilhões em crédito para financiar a compra de caminhões por transportadores autônomos, cooperados e empresas do setor de transporte rodoviário de cargas. No caso dos transportadores autônomos e das pessoas físicas associadas a cooperativas, o programa também admite a aquisição de caminhões seminovos, observados os critérios de elegibilidade do programa. Lançado em jan/26, o programa teve seu volume inicial praticamente esgotado em cerca de dois meses. Mais recentemente, o governo ampliou em R\$ 11,2 bi os recursos para o programa, totalizando assim R\$ 21,2 bi. Sua estrutura de *funding* combinou R\$ 14,5 bilhões do Tesouro Nacional e R\$ 6,7 bilhões em recursos do BNDES. O limite por mutuário foi definido em R\$ 50 milhões, com prazo de amortização de até 120 meses.

Quadro 7: Produção e Emplacamento de Veículos (em milhares)



Fonte: Fenabrave e Anfavea

Quadro 8: Concessão de Crédito para Financiamento de Veículos – Em R\$ mi*



Fonte: BCB. *Com ajuste sazonal e deflacionado

O efeito efetivo da política, contudo, é de difícil mensuração, uma vez que o contrafactual não é claro: por um lado, as condições de financiamento mais favoráveis tendem a estimular a demanda; de outro, parte dela provavelmente ocorreria mesmo na ausência do programa e seria efetivada com financiamento próprio ou de terceiros (mas a um custo maior).

De toda forma, observa-se alguma melhora no segmento de caminhões neste ano, com a medida aparentemente mitigando a retração das vendas no segmento, que após atingirem um vale em janeiro, começam a se recuperar desde então. Ainda assim, o diagnóstico exige cautela, pois é possível que parte da demanda foi postergada à espera do programa, cuja implementação já era esperada para o fim de 2025, o que pode ter reduzido temporariamente a pressão sobre os emplacamentos e contribuído para o desempenho mais fraco em dezembro e janeiro.

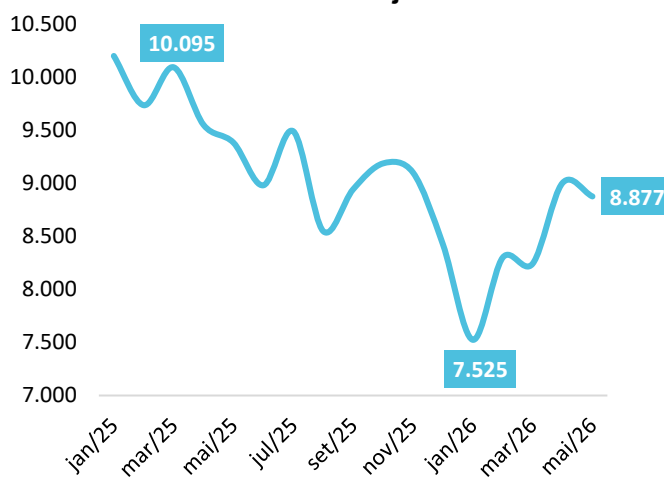
Já os dados de financiamento do Sistema Nacional de Gravames (SGN), divulgados pela B3 mostram um melhora mais visível no quadro geral do financiamento de caminhões, sobretudo no mercado de usados (quadro 10). Após avançar apenas 1,3% e 2,3% no 1º semestre e 2º semestre de 2025, respectivamente, o financiamento de usados registra crescimento de 12,5% neste ano. Já no mercado de novos, o segmento mostra números menos negativos, ao passar de quedas de 11,9% e 23,5% para uma retração de 8,3%.

Portanto, se no caso das vendas de caminhões novos, o efeito da medida é menos expressivo, a sensação é que seu principal efeito foi estimular a tomada de crédito sobretudo para a aquisição de usados. Com a ampliação do programa, anunciada em abril, os números do segmento tendem a seguir com algum impulso.

Além do segmento de caminhões, outros setores também devem sofrer um impulso adicional neste 2S26, com o lançamento de três programas governamentais de crédito direcionado. O Move Brasil Táxi e Aplicativos, anunciado em maio, para o financiamento de veículos de até R\$ 150 mil, desde que produzidos por montadoras participantes do programa Mover e aderentes a critérios de sustentabilidade. As taxas de juros foram limitadas a 12,6% a.a. para homens e 11,5% a.a. para mulheres. A contratação do crédito se inicia nesta semana (dia 19/jun). Na mesma linha, o Move Brasil para Entregadores de Aplicativos, anunciado em 12/jun, oferece crédito para a compra de motocicletas e bicicletas elétricas por entregadores e motoristas de aplicativos, com recursos do FIIS, garantias do FGO e as mesmas taxas de juros. Já o Move Brasil Máquinas Agrícolas, em vigor desde mai/26, destina R\$ 14 bilhões (via FNDCT/Finep) para a renovação do parque de tratores, colheitadeiras e implementos agrícolas, com juros de 9,2% a.a..

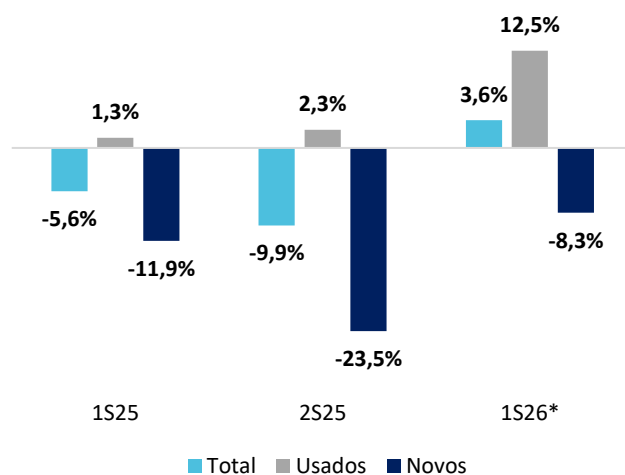
Dessa forma, o governo federal tem tentado impulsionar o setor automotivo através de políticas de crédito direcionado. A crítica que se faz é que tais programas não se submetem às regras fiscais relativas à meta fiscal e à despesa primária, uma vez que configuram como alocação financeira (despesa financeira). Como a remuneração do *funding* fornecido pelo Tesouro é inferior ao seu custo de financiamento (taxa Selic), há impacto sobre o resultado nominal do governo federal e consequentemente sobre a dinâmica da dívida.

Quadro 9: Emplacamento de Caminhões
Em unidades – Com ajuste sazonal



Fonte: Fenabrave

Quadro 10: Financiamento de Caminhões - % Var. ante o mesmo período do ano anterior (Em unidades)



Fonte: B3; *Acumulado até mai/26

Indicadores Econômicos – Cenário Internacional

EUA e Irã encaminham acordo, enquanto inflação segue em aceleração nos EUA

A guerra entre EUA e Irã voltou a dar o tom dos mercados durante a última semana. No início da semana, uma série de violações ao cessar-fogo e as ameaças de Donald Trump de um ataque em larga escala contra o Irã elevaram a tensão. Porém, houve rápida reviravolta, com a sinalização de progresso nas negociações, que culminaram no anúncio de um acordo preliminar entre os países, que incluem a reabertura do Estreito de Ormuz e indicações para assinatura de um cessar-fogo nesta sexta (19). A expectativa de reabertura do estreito, aliada às informações de retomada da navegação no local (por uma via mais perigosa), levou o preço do barril de petróleo (*Brent*) a fechar a semana abaixo de US\$ 90 pela 1ª vez desde o início de março. O otimismo beneficiou as bolsas, impulsionadas também pelo setor de tecnologia, em meio ao maior IPO da história, da empresa SpaceX, que movimentou US\$ 75 bi.

Quanto aos dados, as leituras de inflação nos EUA mostraram nova aceleração, reforçando a expectativa de que o Fed deve manter os juros inalterados ao longo de 2026, com possibilidade de alta no fim do ano. O CPI subiu 0,5% em maio, em linha com o consenso. O número representa uma leve desaceleração ante o dado de abril (+0,6%), refletindo uma acomodação dos preços dos alimentos. Já os preços de energia mantiveram alta acentuada (+3,9%; ante +3,8% em abril), refletindo os impactos da guerra no Oriente Médio. No acumulado de 12 meses, a inflação acelerou para 4,2% (ante 3,8%), maior nível desde abr/23. Já o núcleo do CPI acelerou para 2,9% (ante 2,8%), maior patamar dos últimos sete meses. Os preços ao produtor (PPI) subiram 1,1% em maio, bem acima do consenso (+0,6%), com o aumento nos custos dos combustíveis pesando sobre transportes e armazenagem. Em 12 meses, o PPI acelerou para 6,5% (ante 5,7%), maior nível desde nov/22 (+7,4%).

Na Zona do Euro, o BCE elevou as taxas de juros da região pela 1ª vez desde 2023. O ajuste de 0,25 p.p. levou a taxa de depósitos a 2,25% a.a., segundo o BCE para conter os "efeitos de segunda rodada", ou seja, evitar a disseminação da elevação dos preços para outros segmentos da economia. As autoridades mantiveram aberta a possibilidade de novas altas nas próximas reuniões, com revisão para cima nas projeções de inflação para 2026 e 2027.

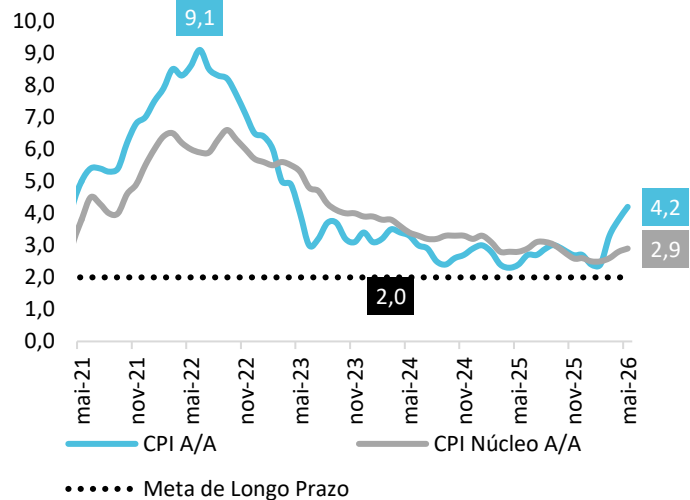
Na China, os dados da balança comercial de maio confirmaram o forte dinamismo do setor externo. As exportações cresceram 19,4% ante mai/25, refletindo o aumento dos estoques por parte das empresas em meio às disrupções da cadeia de suprimentos causadas pela guerra no Irã.

Quadro 11: Preço do Petróleo (tipo Brent) Em US\$ por barril



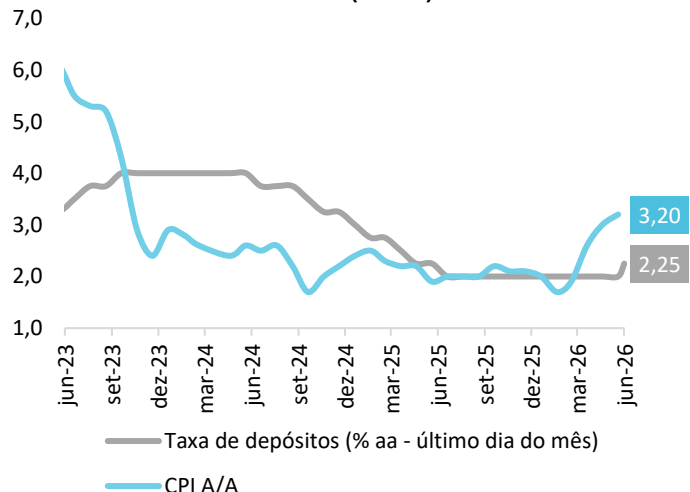
Fonte: Bloomberg.

Quadro 12: CPI e Núcleo do CPI (% a/a)



Fonte: Bloomberg.

Quadro 13: Zona do Euro – Taxa de depósitos (% aa) vs CPI (% a/a)



Fonte: Bloomberg.

Relatório Mensal da Caderneta de Poupança – Mai/26

A caderneta de poupança registrou captação líquida positiva de R\$ 2,6 bilhões em maio, segundo o Banco Central do Brasil (BCB). O resultado ficou acima do registrado em maio de 2025, quando as aplicações líquidas foram de R\$ 352,4 mi, em valores ajustados pela inflação (IPCA).

Esse aumento nas captações interrompe uma sequência de quatro meses seguidos de saques líquidos na modalidade desde o início do ano. Esse resultado positivo é explicado pelo recebimento de parte relevante do 13º salário pelos aposentados e pensionistas do INSS no período, que como de costume, foi novamente antecipado para os meses de abril a junho.

No acumulado do ano, os saques superaram os depósitos em R\$ 40,0 bi (ou -0,3% do PIB). Este valor é inferior ao registrado no mesmo período do ano passado, quando a captação líquida foi negativa em R\$ 55,1 (ou -0,4% do PIB), embora não reverta a percepção de perda de relevância estrutural do produto.

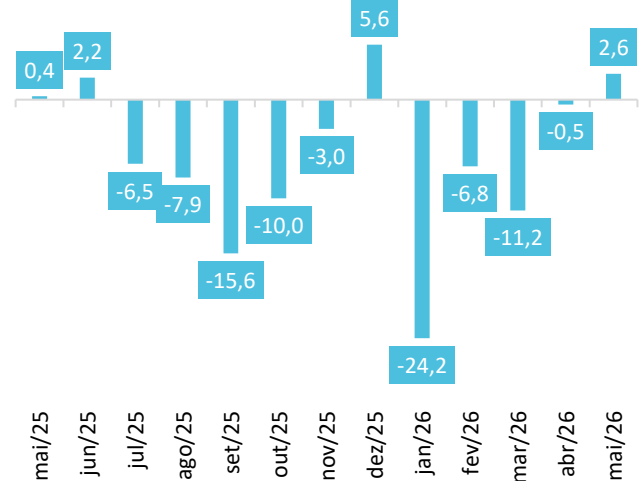
O saldo da caderneta de poupança atingiu R\$ 1,014 trilhão em maio, se mantendo relativamente estável, em termos nominais, na faixa de R\$ 1 trilhão desde meados de 2024. Contudo, em termos reais, o saldo da caderneta está quase 30% abaixo do pico de dez/20 (R\$ 1,241 trilhão); e, em relação ao PIB, está no menor nível em quase duas décadas (nov/06) ao atingir o patamar de 7,7%.

A queda tem se dado em maior intensidade na poupança do segmento SBPE (fonte de *funding* para o financiamento imobiliário), que já caiu 4,7 pp desde seu pico em dezembro de 2020 (10,5% do PIB), para 5,8% do PIB. Enquanto isso, a poupança rural representa 1,9% do PIB, também caindo após seu pico (3,1% do PIB em dez/20), mas de forma menos acentuada.

Portanto, apesar do aumento nas captações líquidas em maio, o Relatório da Poupança continua mostrando perda de importância da modalidade, em um cenário de juros elevados e alto nível de endividamento e comprometimento de renda das famílias, que estimula o resgate de recursos da caderneta tanto por questões conjunturais como estruturais. Na direção contrária, o saldo das Letras de Crédito Agrícola ou Imobiliária (LCIs e LCAs) já supera a caderneta de poupança, conforme mostra o Quadro 16.

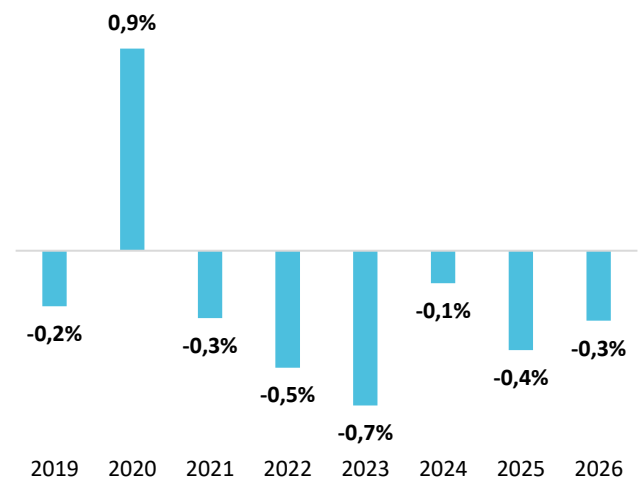
CRÉDITO / BANCOS

Quadro 14: Captação Mensal Líquida da Caderneta de Poupança - Em R\$ bi (IPCA de mai/26)



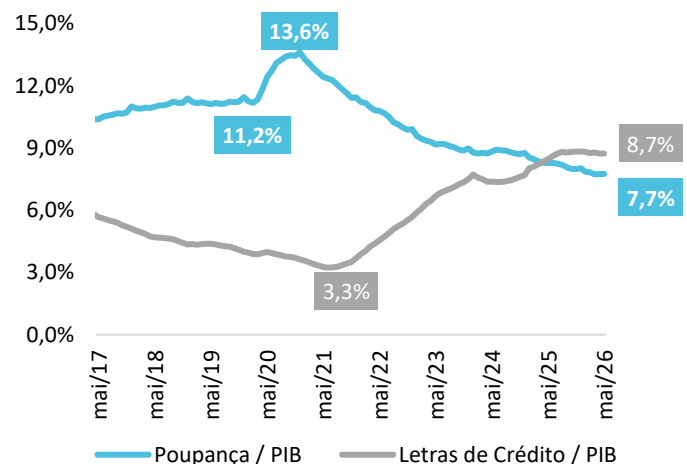
Fonte: Bacen

Quadro 15: Captação Líquida da Caderneta de Poupança – Acum. Jan-Mai - Em % do PIB



Fonte: Bacen

Quadro 16: Saldo da Caderneta de Poupança e das Letras de Crédito (LCA e LCI) – Em % do PIB



Fonte: Bacen



MERCADOS E EXPECTATIVAS

FOCUS – Indicadores Selecionados	2026				2027			
	12/06/26	05/06/26	15/05/26	Viés	12/06/26	05/06/26	15/05/26	Viés
IPCA (%)	5,30	5,11	4,92	▲	4,10	4,03	4,00	▲
PIB (% de crescimento)	1,96	1,91	1,85	▲	1,70	1,70	1,77	↔
Meta Selic - fim do ano (% a.a.)	13,75	13,50	13,25	▲	12,00	11,50	11,25	▲
Taxa de Câmbio - fim do ano (R\$/US\$)	5,20	5,15	5,20	▲	5,25	5,20	5,27	▲

Fonte: Banco Central do Brasil.

Indicadores do Mercado	12/06/26	Variação %			
		Na semana	No mês	No ano	12 meses
NACIONAL					
Taxa de câmbio (R\$/US\$)	5,06	-2,12%	0,46%	-7,60%	-8,64%
CDS Brasil 5 anos (em pontos)	125,93	1,09%	5,99%	-9,07%	-17,10%
Juros DI 30 dias (% a.a.)	14,28	-0,54%	-0,30%	-4,17%	-3,41%
Juros DI 1 ano (% a.a.)	14,55	-0,03%	3,78%	5,40%	-1,06%
Juros DI 5 anos (% a.a.)	14,32	-2,24%	3,00%	6,23%	4,80%
Índice Ibovespa (em pontos)	171.132,66	1,25%	-1,53%	6,21%	24,19%
IFNC (setor financeiro)	17.589,96	1,96%	-1,80%	1,70%	16,61%
INTERNACIONAL					
Fed Funds (% a.a.)	3,75	0,00%	0,00%	0,00%	-16,67%
T-NOTE - 2 anos (% a.a.)	4,08	-1,59%	1,92%	18,34%	4,43%
T-NOTE - 10 anos (% a.a.)	4,48	-1,13%	0,98%	8,66%	2,75%
Dollar Index	99,75	-0,32%	0,81%	1,54%	1,86%
Índice S&P 500 (em pontos)	7.431,46	0,65%	-1,96%	7,76%	22,93%
Índice de Ações - Maiores Bancos EUA	179,80	3,40%	6,13%	8,61%	38,37%
Índice de Ações - Bancos Regionais EUA	141,66	4,63%	5,38%	13,09%	24,95%
Índice Euro Stoxx 50	6.187,63	2,07%	2,27%	6,75%	15,42%
Índice de ações de bancos - Zona do Euro	277,95	3,17%	1,73%	5,37%	38,26%
Barril de Petróleo - tipo Brent (US\$)	87,33	-6,19%	-5,13%	41,04%	25,91%

Fonte: Bloomberg.

Diretoria de Economia, Regulação Prudencial e Riscos
economia@febraban.org.br

Rubens Sardenberg
 Jayme Alves
 Luiz Fernando Castelli
 João Vítor Siqueira
 Marcos Duarte
 Jéssica Silva Martins